

BREVÍSSIMO MANUAL DO EDITOR: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUBMISSÃO E AVALIAÇÃO DE ARTIGOS, O PAPEL DOS PARECERISTAS E DO EDITOR DE REVISTAS CIENTÍFICAS

José Antonio Gomes de Pinho*

Este escrito resulta de uma reflexão feita a partir das valiosas manifestações expressas na Revista Organizações & Sociedade (O&S) nas edições 31^a, 32^a e 33^a por Sonia Gondim, Hermano Roberto Thiry-Cherques, Roberto Patrus Mundim Pena e Helmut Kruger. Gostaria inicialmente de situar o(a) leitor (a) no assunto historiando como esse debate se iniciou e se desenvolveu. Em conversa com a Prof^a Sonia Gondim, foram abordados alguns comentários a respeito de problemas no processo de avaliação de artigos submetidos tanto a congressos acadêmicos como a periódicos. A Prof^a Gondim externou sua preocupação e decepção com determinados pareceres que vinham muito sintéticos e que não contribuíam para o avanço da qualidade do artigo e o processo de conhecimento. A partir dessa colocação, instiguei-a a apresentar seus comentários à O&S, o que acabou sendo acolhido na seção Idéias em Debate, no nº 31. Ao mesmo tempo, convidei o Prof. Hermano Thiry-Cherques, com a concordância da Professora, para ser o seu interlocutor; convite esse aceito. Quando o Prof. Thiry-Cherques enviou sua réplica (O&S 32), chegou-nos, espontaneamente, um escrito do Prof. Roberto Patrus M. Pena sobre a provocação da Prof^a Sonia Gondim, o qual foi publicado na edição 33, junto com a tréplica da Professora às duas réplicas. Ainda por sugestão de Gondim, nessa mesma edição, houve uma apreciação do tema pelo Prof. Helmut Kruger.

Isto posto, ficamos muito felizes com a qualidade dos escritos e do debate, bem como com o desdobramento dessa questão central para a comunidade acadêmica (não só de Administração). Por outro lado, sentimos a necessidade de nos posicionar quanto ao tema, não só porque somos citados, mas, também, com o intuito de oferecer um pouco mais de informação e esclarecimento aos leitores e autores a respeito do papel e das atribuições de um editor. Assim, permitam-me apresentar algumas reflexões feitas a partir de minha experiência como editor da O&S há quase dez anos. Nessa exposição, vou ser muito mais empírico do que fundamentar minha argumentação em princípios filosóficos, ainda que alguns desses estejam latentes.

Antes de tudo, gostaria de dizer, parafraseando Noel, que como o "samba", a função de editor "não se aprende no colégio", já que não existem escolas ou cursos de formação de editores, pelo menos até onde eu saiba. O trabalho de editoria aprendi fazendo, sendo editor, a partir de algumas referências básicas, mínimas, de como proceder, resultado da participação em processos de avaliação de artigos em comissões, seminários, congressos etc. Aprendi, também, trocando experiências com outros editores e a comunidade em geral durante as sessões realizadas em diversos EnANPADs.

Ainda que a função de editor possa parecer muito simples e objetiva existem elementos por detrás desse processo que podem gerar certa complexidade e levantar questões éticas (como os autores desse debate, acima mencionados, já profundamente ressaltaram). Tentarei, fruto de minha experiência, expor alguns desses elementos. Tal tentativa pode constituir, sem soberba, um brevíssimo manual do editor.

* Prof. NPGA/EAUFBA e Editor da O&S

- 1) A O&S, como todas as outras revistas, funcionam no chamado sistema de *blind review*, no qual os pareceristas recebem o artigo para avaliar sem ter conhecimento do nome do(a) autor(a). São dois pareceristas que se pronunciam e que, quando não recusam, propõem modificações as quais são enviadas aos autores. Esses, acatando as sugestões, apresentam uma 2ª versão que, novamente, é encaminhada aos mesmos pareceristas. Procuramos, o editor e a secretária, enviar apenas um artigo por vez para cada avaliador. Porém, isso nem sempre pode ser seguido. Por vezes, as características de um artigo demandam um parecerista que já está ocupado ou, então, chega-nos uma 2ª versão que deve ser encaminhada a um parecerista que já tem um artigo nas mãos. Outra situação é quando não há concordância entre os avaliadores (para o sim ou para o não). Nesse caso, o artigo é submetido a uma terceira pessoa que, digamos, desempata o jogo. Aparentemente isso parece ser um processo simples, mas não o é. Permitam-me qualificar melhor algumas situações. Mesmo no caso de pareceres a favor da publicação, esses pareceres podem estar telegráficos ("OK", "Correto", "Tudo certo"!) ou criticando pontos sem muita ênfase, sem apontar os problemas. Esses casos geram certa desconfiança no editor e mesmo insegurança - pois dificilmente um artigo não tem problemas, não tem como ser melhorado -, levando-o a consultar um terceiro parecerista. Ainda que possa indicar que o processo será concluído, às vezes, efetivamente, ele está se iniciando, já que o 3º parecerista poderá levantar questões que não haviam sido apontadas anteriormente. Nessa situação, pode ser solicitado até um quarto parecer. Fica evidente, assim, que o artigo submetido tem postergada sua possível publicação, o que é uma das causas da demora em responder ao autor. Talvez uma situação ainda mais difícil seja aquela em que o(a) autor(a) atende apenas parcialmente ao demandado. Pode-se criar, nesse caso, um impasse em que o parecerista não aceita as reformulações feitas e/ou o autor não atende ao solicitado, chegando, mesmo, ao ponto de o parecerista querer que o artigo seja escrito como se fosse ele o autor. Nesse caso, o editor interfere e pode colocar o articulista para "conversar" com o parecerista (em regime de anonimato). Se essa ação não lograr êxito, o editor faz uso de seu poder discricionário para decidir pela publicação ou não do artigo, munindo-se, evidentemente, dos pareceres e dos argumentos esgrimados por ambas as partes.
- 2) Um aspecto importante a ressaltar é que o trabalho de parecerista é voluntário. Tanto no sentido de não ser remunerado quanto à aquiescência do professor(a) convidado(a) pelo editor. Ocorre, também, de professores se oferecerem à Revista para serem pareceristas, o que nos induz a concluir que essa atividade deve ser vista com reputação, como formação de currículo vitae. O fato de o trabalho ser voluntário tem certas implicações. Ao não ser remunerado, não se estabelece um contrato de trabalho e nem um prazo rigoroso para entrega do "produto" (avaliação), no entanto, estabelece-se o que poderíamos chamar de um *contrato moral*. No momento em que o parecerista aceita contribuir com a Revista, entende-se que ele está se comprometendo em atender ao prazo mínimo estabelecido. Esse é um dos principais problemas, senão o principal da O&S, dificilmente as datas são cumpridas pelo parecerista, o que será examinada no próximo item.
- 3) A questão do cumprimento de prazo foi uma das preocupações externada nos ricos comentários feitos na seção Idéias em Debate a que nos referimos a pouco. Como as revistas funcionam mais em regime de fluxo contínuo, não tendo, portanto, prazos definidos para encerrar avaliações, diferentemente de congressos, o processo é mais frouxo, flexível, o que causa, evidentemente, transtornos para o editor e para a secretária que cobram o cumprimento dos prazos. Vale dizer, que as primeiras tentativas são feitas pela secretária e, posteriormente, pelo editor. Não há a menor dúvida que esse é um problema sério das revistas acadêmicas em geral. Sendo a O&S

uma revista Nível A Nacional no Qualis da CAPES, é esperado que ela receba uma quantidade apreciável de artigos de qualidade e provenientes de autores de renome na comunidade. Assim sendo, temos, também, que procurar pareceristas do mesmo naipe de qualidade. Isto equivale a dizer que são professores(as) e pesquisadores(as) com muitos compromissos e responsabilidades, o que implica em dificuldades em cumprir seus cronogramas de avaliação. No entanto, ainda que essa data seja flexibilizada, nem sempre o novo prazo é respeitado. Em determinados casos, esgotadas todas as tentativas de cobrança, não nos resta outra alternativa a não ser definir um outro parecerista, voltando o processo a estaca zero. Nesse sentido, procede a argumentação de Gondim quando afirma que alguns avaliadores “além de ignorarem os prazos, em que estão em jogo o ritmo e a produção do colega, assim como o caráter inédito de um trabalho, apresentam pareceres de qualidade duvidosa, como se a tarefa de julgar o trabalho do outro tivesse menor importância entre as atribuições de docentes”. Em alguns casos, o próprio parecerista antecipa ao editor que não está disponível, naquele tempo ou período, para apreciar qualquer artigo, o que é perfeitamente compreensível e entendido pelo editor como uma manifestação de honestidade profissional. Muitas são as situações que justificam o atraso ou recusa dos avaliadores: apreciam artigos de outras revistas, bem como avaliam pedidos de projetos de pesquisa, relatórios, artigos para congressos etc. Então, o editor e a secretária ficam na difícil situação de *exigir* respostas rápidas (e com qualidade, obviamente) de pessoas submetidas a essas pressões. Não estou, com essas considerações, eximindo os pareceristas de suas responsabilidades e compromissos, mas, sim, mostrando que todo esse fluxo é mais complexo do que se imagina.

- 4) Uma outra preocupação do editor se refere à escolha dos pareceristas. A comunidade tem experimentado um crescimento apreciável em termos quantitativos (e qualitativos), mas a pressão por publicação parece ter crescido mais aceleradamente do que a primeira. Além do mais, a publicação em uma revista implica uma responsabilidade maior dado o fato de se constituir na versão definitiva e exposta em meio impresso, o que exige que os avaliadores mais solicitados sejam aqueles mais experientes, recaindo novamente as solicitações em cima de um número reduzido de avaliadores. Isso se agrava ainda mais quando o(a) autor(a) que submete tem um currículo apreciável, o que demanda obrigatoriamente avaliadores do mesmo nível. Por outro lado, não significa que avaliadores menos experientes não tenham apresentado pareceres criteriosos e de qualidade. De maneira geral, independente do currículo e da experiência do parecerista, temos descartado avaliações sumárias, econômicas e que não contribuem para a melhoria e o crescimento do artigo, embora não seja possível definir um padrão aceitável de expectativas para um autor quando recebe um parecer. De novo, vale dizer que dada a demanda crescente e o nível alcançado pela Revista (o que, possível ou certamente se aplica a outras revistas), temos solicitado pareceres mais duros e mais exigentes, o que nem sempre, infelizmente, é atendido pelos pareceristas. Esse posicionamento da Revista faz com que, uma vez não atendidas essas solicitações, tenha-se que correr atrás de outros avaliadores. Outra preocupação é direcionar os trabalhos para professores(as) que tenham afinidade com o tema exposto. Porém, nem sempre essa informação é de domínio do editor e da secretária da Revista, ainda que se disponha de um banco de dados de pareceristas e seus temas de pesquisa. A descompatibilização entre tema e avaliador pode comportar um agravante: o parecerista reconhece a impossibilidade de emitir um parecer somente depois de esgotado o prazo que lhe foi dado. Nesse caso, também, o processo de avaliação recomeça praticamente do zero e o autor terá que esperar mais um tempo para obter resposta. Um outro aspecto nesta vida dinâmica do editor refere-se à enxurrada de artigos em áreas de

ponta, nas quais fica difícil identificar possíveis analistas do artigo submetido. Obviamente, o editor não domina todos os aspectos do processo de conhecimento ainda que a Revista esteja circunscrita às temáticas de organizações e sociedade, dois campos bastante amplos para comportar muitas perspectivas e, principalmente, novas óticas. Neste caso, o editor terá que fazer sondagens preliminares, mostrando o artigo a algumas pessoas (em regime de anonimato) procurando localizar possíveis avaliadores daquela temática inovadora. Uma vez localizados os nomes, nem sempre o problema acaba, dado que os investigadores podem constituir-se num número tão limitado constituindo um "gueto" que corre-se o risco de enviar o artigo para alguém do "gueto" e, assim, perder sua condição de anonimato. Nessa situação, o editor tem que sair em busca novamente de outro nome fora daquele "gueto", o que, normalmente, não é uma tarefa fácil.

- 5) Uma preocupação máxima do editor é garantir que o processo seja "blind", que seja feito na base do anonimato do(s) autor(es). O que se quer dizer com isso mais especificamente? Antes de mais nada, que o trabalho seja enviado a pareceristas de instituições e, até mesmo, de Estados diferentes do autor. Duas dificuldades orbitam em torno dessa questão. Em primeiro lugar, a comunidade de uma maneira geral não é tão ampla assim, ainda que tenha tido um incremento estupendo na última década e, mais ainda, nos últimos anos. Mas, quando pensamos que o conhecimento é recortado por áreas de interesse, por temáticas, essa comunidade se reduz inevitavelmente. Estamos, felizmente, nos distanciando da situação onde *todos conhecem todos*, em grande parte devido à alimentação do "sistema" com novos doutores e pesquisadores. Assim, está se tornando difícil conhecer *todo mundo*, o que é uma vantagem para o anonimato da avaliação, mas um problema para o editor, que passa a ter que obter conhecimento e informação sobre esses novos potenciais pareceristas. Em segundo lugar, o editor também deve levar em conta possíveis desafetos do autor, pois esse pode ser identificado pela produção, apresentação em congressos, pelas referências bibliográficas, citações e pela linha de pesquisa (o que já mostra, insofismavelmente, a dificuldade de um absoluto *blind review*). Evidentemente, o editor não consegue (e nem quer) mapear quem é desafeto de quem, mas algum tipo de cuidado pode ser tomado, pelo menos para os casos mais conhecidos e notórios, o que mostra que a tarefa do editor reveste-se de outras facetas que nem sempre são conhecidas por quem está fora da "profissão".
- 6) Cabe ainda tecer alguns comentários dessa questão do ponto de vista dos autores. Obviamente, a Revista recebe muitas cobranças e pressões dos autores (e com razão!), no sentido de verem seus artigos avaliados o mais rapidamente possível para assegurar a publicação. Frente a todos os condicionantes expostos, temos jogado abertamente informando que o processo é demorado, pois dependemos do trabalho voluntário dos pareceristas que, na maioria das vezes, não conseguem cumprir o prazo que propomos. Assim, o(a) autor(a) se posiciona quanto a entrar no processo ou retirar seu artigo da apreciação. De qualquer modo, o processo de avaliação é reconhecidamente lento e demorado, face a todos os argumentos apresentados.
- 7) No sentido de fornecer o maior número possível de informações aos leitores destas linhas, vale dizer que os pareceristas recebem da Revista um questionário para guiar sua avaliação, feito no sentido de facilitar a apreciação dos avaliadores como, também, de possibilitar a comparação de avaliações. O questionário permite expor as preocupações e prioridades da Revista para aceitação de um trabalho, o que serve como um direcionamento para os avaliadores. Estamos pensando em criar um novo instrumento que seria fazer a avaliação das avaliações, por parte dos que submetem os trabalhos. O objetivo é medir como as sugestões recebidas contribuíram para o crescimento do trabalho. Não temos idéia como seremos recebidos por aqueles que tiverem seus trabalhos recusados.

- 8) Em suas observações, o Prof. Roberto Patrus M. Pena aponta para a necessidade da virtude da humildade, o que nos remete ao seguinte comentário sobre situações vivenciadas na editoria. Já tivemos casos (ainda bem que poucos) de trabalhos receberem recomendações e sugestões de alterações e o(a) autor(a) retirá-lo do processo. Evidentemente, o autor pode não concordar ou discordar radicalmente das avaliações feitas, o que é, evidentemente, um direito que lhe assiste. Temos tido situações de debates quentes, em regime virtual e com anonimato, orbitando esse debate em torno da editoria/secretaria da Revista, onde as partes defendem ferrenhamente suas posições. Permitam-me aventurar que estamos frente à seguinte situação: parece que o autor submeteu seu artigo apenas pró-forma, como se esperasse a sua aprovação sem qualquer emenda; isso não tendo ocorrido, retirou o trabalho. Acredito que possamos estar frente a uma situação de ausência da virtude da humildade. Nos casos em tela, vale dizer, os pareceres, muitas vezes, ressaltavam a qualidade excelente do artigo e sugeriam pequenas mudanças que poderiam agregar valor ao trabalho, sugestões estas ignoradas pelo autor. Visto, ainda, por outro ângulo, esse processo mobilizou energias dos pareceristas, da secretaria e da editoria da Revista; energias essas desperdiçadas e não direcionadas à apreciação de outros artigos. Evidentemente, os pareceristas não são donos da verdade (ninguém é, obviamente), cabendo discordância, não aceitação, mas, também, parece que muitos autores ainda vêem a rejeição de seus trabalhos como um opróbrio.

Em suma, queremos com essas reflexões não só informar a todos que transitam pela área, quer na condição de autores ou de pareceristas ou, ainda, ambas, como também socializar um pouco as dificuldades do processo de avaliação de trabalhos científicos, no sentido de desmistificar algumas posições de pessoas que nem sempre conseguem formar uma idéia mais ampla e precisa de como tudo isso se desenvolve. Evidentemente, estamos à disposição, caso aconteça, para prosseguir no debate. Fica, mais uma vez, o agradecimento a todos os professores mencionados que com suas colaborações deram partida a todo esse debate, em especial à Prof^a Sonia Gondim, pela coragem de iniciá-lo. Esperamos com este passo aportar conhecimento e capacidade reflexiva à área de Administração no que se refere a essa questão intestina e indica que se a área está disposta a se engajar nesse debate é porque indica uma maturidade positiva.